

PPP do Lixo no MPE

Recurso no MPE

Chega à Promotoria de Justiça representação contra o edital que oficializa o certame

LUCIANA CARNEVALE

Da Gazeta de Piracicaba

luciana.carnevale@gazetadepiracicaba.com.br

●●●● O promotor de Justiça de Piracicaba, João Carlos de Azevedo Camargo, analisará a representação protocolada ontem (22), à tarde, por 15 organizações, associações de bairros, entidades ambientalistas, de classe e grupos de universidades, ligados a pesquisa, extensão e centros acadêmicos, sem contar 960 piracicabanos, em geral. Eles são contra o atual formato do edital que traduz a Parceria Público-Privada (PPP) do Lixo, prevista para vigor pelo prazo de 20 anos, ao custo estimado de R\$ 700 milhões.

Além da iniciativa formalizada no Ministério Público Estadual (MPE), foi encaminhada uma cópia do abaixo-assinado ao Ministério Público Federal (MPF). A Gazeta apurou que haveria um inquérito civil tramitando, que tem, na berlinda, tam-

bém a PPP do Lixo. Algumas informações já teriam sido solicitadas a entidades locais.

Além de se responsabilizar pelas coletas domiciliar e hospitalar, a empresa vencedora do certame terá de viabilizar o novo Aterro Sanitário de Piracicaba, cuja área está localizada na divisa com o município de Iracemápolis (SP), além de fomentar a reciclagem, chegando ao nível de 100%, entre outras práticas ecologicamente corretas. O protocolo do recurso ao MPE foi articulado para acontecer desde que o 4º Fórum Gestão de Resíduos foi realizado, há alguns dias, no auditório do Departamento de Química, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). 'Agora, é esperar', disse, ontem, o presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Renato Morgado, durante entrevista à Gazeta.

Tanto entidades quanto piracicabanos que lotaram o espaço, ocupado, também, pelo procurador-geral do município, Milton Sérgio Bissoli, e pelo secretário municipal de Defesa do Meio Ambiente, Rogério Vidal, não concordam com a estratégia de defesa aplicada pela Prefeitura, para a PPP.

Durante o Fórum, tanto Bissoli quanto Vidal explicaram, com ênfase, que a PPP e, consequentemente, um novo Aterro, têm de sair, para que Piracicaba não vire refém de Paulínia (SP), onde todos os resíduos sólidos produzidos pela população, são destinados, diaria-



Empresa que vencer cuidará da coleta dos resíduos sólidos

mente. Milhões de reais são gastos neste vaivém porque há anos a cidade não dispõe de um Aterro próprio.

PONTOS DE DISCORDÂNCIA

Acompanhe alguns dos pedidos feitos pelas entidades e seus desdobramentos.

- ↔ Pagamento por tonelada de lixo coletado, e não globalmente. As entidades consideram que, com o preço global, mencionado na PPP, 'haveria dificuldade para fiscalizar e estabelecer metas ao concessionário (a empresa vencedora)';
- ↔ Elaboração de um cadastro de grandes geradores de lixo. Na resposta, a Prefeitura observa que a sugestão será analisada, mas as instituições e piracicabanos que aderiram ao abaixo-assinado afirmam que querem solução rápida;
- ↔ A equipe que faz a coleta seletiva deve ser formada por cooperados. As entidades querem. A Prefeitura diz que não há como considerar no edital.

●DOSSIÊ. As assinaturas não foram os únicos documentos protocolados ontem, no MPE. Segundo o presidente do Comdema, Renato Morgado, além delas, foram anexadas listas de presenças de todas as edições dos Fóruns realizados, as programações, sem contar a síntese das Cartas Públicas sobre a gestão dos resíduos, o edital da PPP, as propostas encaminhadas ao Executivo, com sugestões de mudanças ao texto original, entre outras publicações de interesse.